



2º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e
Engenharia - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial CNU-BT1 (Infraestrutura, Exatas e Engenharia)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após as instruções deste simulado;

PREENCHA SEU GABARITO

<http://estrategi.ac/ozpsv0>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Elisabete Moreira*

01. A análise de políticas públicas pode ser representada por um esquema no qual procura-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, de forma que os problemas possam ser considerados públicos. No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas, identifica a atividade específica que consiste na fase do ciclo de políticas públicas referente à

- a) avaliação de políticas
- b) montagem da agenda
- c) formulação de propostas
- d) tomada de decisão
- e) implementação de programa

02. O ciclo de políticas públicas envolve uma série de etapas que, didaticamente contemplam, de forma sequencial, paralela ou interativa, as várias atividades necessárias para o desenvolvimento de uma política pública. No momento da avaliação ocorre o exame do processo de implementação e a mensuração do desempenho da política pública, com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes. Nessa fase, pode-se afirmar como correto

- a) O critério de produtividade corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- b) A eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).

c) Efetividade corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

d) A redistribuição consiste na adoção de políticas e ações que promovam justiça social entre os habitantes de um território.

e) A avaliação *ex nunc* visa julgar se um programa ou projeto deve continuar ou não.

03. A Lei 11.340, sancionada em 2006, denominada lei Maria da Penha, surgiu a partir de um caso de violência doméstica grave sofrido por Maria da Penha Maia Fernandes e como resposta do governo brasileiro à condenação, na tentativa de diminuir e combater os casos de violência doméstica no país. A lei tem promovido grandes efeitos, a partir da implantação de vários mecanismos criados, a exemplo da proibição do agressor de chegar perto da vítima, determinada pela Justiça. Desde que a lei foi criada, o número de pedidos de medidas protetivas saltou de um, em 2006, para mais de 391 mil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Texto extraído do portal CNN Brasil, (<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lei-maria-da-penha-completa-16-anos-precisamos-evoluir-mais-diz-especialista/>).

Os estudos acima revelam que os serviços públicos devem ser ofertados considerando-se às necessidades da população, que por sua vez, deve participar ativamente de todo o processo para que os programas possam lograr o êxito desejado. Nesse caso, é necessário

- a) colaboração interorganizacional quando envolvendo organizações privadas com fins lucrativos.
- b) indivíduos participando de fóruns comunitários.
- c) cogestão organizacional ou gestão compartilhada entre duas organizações.
- d) gestão consumerista para garantir recebimento de serviços públicos de qualidade.
- e) coprodução de serviços no qual agentes públicos e cidadãos contribuem para a definição e produção do serviço público.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Nelma Fontana*

04. A respeito da divisão e coordenação de Poderes da República, conforme disposto na Constituição Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

05. No sistema Presidencialista de governo, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública. No Brasil, algumas atribuições do Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo e de Chefe da Administração Pública, podem ser delegadas aos Ministros de Estado. Indique a alternativa que contém uma delas, de acordo com a Constituição Federal.

- a) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- b) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

- c) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- d) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- e) conferir condecorações e distinções honoríficas.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Ricardo Torques*

06. O Cadastro Único (CadÚnico) permite que o governo saiba quem são e como estão vivendo as famílias de baixa renda no Brasil. A inscrição permite o acesso a Programas sociais do Governo Federal. A respeito do tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico
- b) Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nas 3 (três) esferas da Federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.
- c) A inscrição no CadÚnico deverá ser obrigatória para acesso a programas sociais do governo federal.
- d) Trata-se de registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda.
- e) O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, de forma a reduzir sua invisibilidade social e com vistas a identificar suas demandas por políticas públicas

07. “O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), mais conhecido como BPC Loas, pode ser solicitado por pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apesar do aumento significativo de crianças com TEA, cujos responsáveis têm solicitado o BPC para pessoa com deficiência nas Agências do INSS, ainda há necessidade de maior esclarecimento da população sobre o diagnóstico e os direitos desse público.” (Disponível em

<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/portadores-do-transtorno-do-espectro-autista-podem-requerer-bpc>).

O supracitado BPC tem previsão legal na Lei 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de 2 salários-mínimos mensais à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- c) O benefício de prestação continuada não será devido a mais de um membro da mesma família.
- d) O pagamento do benefício não cessa com a morte do beneficiário, passando automaticamente para os seus parentes, de acordo com a lei civil.
- e) Caso a concessão do BPC tenha se dado por ordem judicial não é possível a convocação para avaliação das condições que ensejaram o deferimento do benefício.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. É correto afirmar que compete à Controladoria-Geral da União, enquanto ao órgão central do sistema de integridade, transparência e acesso à informação (Sitai):

- a) coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade.
- b) elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade.
- c) supervisionar a execução das ações relativas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.
- d) identificar bases de dados e de informações de interesse público e, conforme o caso, sugerir às unidades setoriais a abertura em transparência ativa.
- e) manter atualizados o inventário de base de dados e a catalogação dos dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

09. É princípio/diretriz do Governo Digital e da eficiência pública (Lei 14.129/2021):

- a) desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, exceto por dispositivos móveis.
- b) disponibilização em plataformas variadas do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial.
- c) uso de linguagem neutra e inclusiva a qualquer cidadão.
- d) possibilidade de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento.
- e) possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Em uma tarde ensolarada na capital, João, servidor do Poder Executivo Federal, estava refletindo sobre os desafios de sua função. Ele reconhecia a importância da governança pública na promoção de uma administração eficaz e transparente, mas frequentemente se perguntava sobre as melhores maneiras de implementar as diretrizes estabelecidas para alcançar resultados significativos para a sociedade. Enquanto tomava seu café, ele pensava sobre qual dessas diretrizes poderia ter o maior impacto se fosse priorizada em seu trabalho diário.

Considerando as diretrizes da governança pública dispostas no Decreto n. 9.203/2017, qual das seguintes ações João, como servidor do Poder Executivo Federal, deveria priorizar para promover uma gestão pública eficaz e alinhada às expectativas da sociedade?

- a) Priorizar ações baseadas exclusivamente em intuições pessoais para lidar com a limitação de recursos.
- b) Evitar a modernização da gestão pública para preservar os métodos administrativos tradicionais.
- c) Negligenciar a avaliação do desempenho das políticas públicas, focando apenas na sua concepção e implementação.
- d) Isolar as instituições em sua atuação, evitando a articulação entre diferentes níveis e esferas do setor público.
- e) Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO*Paolla Ramos*

11. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) estabelece diretrizes fundamentais para orientar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de IA no Brasil. Dentre os conceitos da EBIA, assinale a opção que NÃO corresponde a um dos objetivos estabelecidos por esta estratégia:
- a) Contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis.
 - b) Promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA.
 - c) Crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.
 - d) Promover ambiente de cooperação entre os entes públicos e privados, a indústria e os centros de pesquisas para o desenvolvimento da Inteligência Artificial.
 - e) Remover barreiras à inovação em IA.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

12. Antônio, Carlos e Valmir, com 70, 75 e 80 anos, respectivamente, pretendem embarcar em determinada viagem no transporte coletivo interestadual. Todos recebem um salário-mínimo, o que foi comprovado documentalmente. O funcionário responsável pela emissão de bilhetes, no entanto, afirma que a gratuidade total somente poderá valer para dois deles. Em relação à conduta do funcionário, é correto afirmar que:

- a) Foi equivocada, uma vez que os 3 (três) idosos devem viajar gratuitamente.
- b) Foi equivocada, uma vez que apenas Valmir teria direito à gratuidade, por ser o mais idoso.
- c) Foi equivocada, uma vez que apenas Carlos e Valmir teriam direito à gratuidade, pode serem os mais idosos.
- d) Foi correta, uma vez que a legislação estabelece, no âmbito do transporte interestadual, a garantia de apenas 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.
- e) Apenas dois dos idosos poderão embarcar e o terceiro, caso queira, deverá pagar a passagem integral.

13. O projeto de lei 2.082/2022 que tramita no senado conceitua a violência obstétrica como "qualquer conduta que seja direcionada à mulher durante o trabalho de parto, parto ou puerpério, praticada sem consentimento, desrespeitando sua autonomia ou feita em desacordo com procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e que lhe cause dor, dano ou sofrimento desnecessário. Sobre o tema e considerando as normas protetivas em relação às mulheres gestantes, assinale a alternativa correta:

- a) Há legislação federal regulamentado o tema da violência obstétrica de forma pormenorizada.
- b) Toda gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde - SUS tem direito ao conhecimento e à

vinculação prévia à maternidade na qual será realizado seu parto

- c) A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e à cesariana, estabelecendo-se a aplicação do parto normal apenas por motivos médicos
- d) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último semestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher
- e) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou maximizar as consequências do estado puerperal

14. A dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento é conceito referente à(o)

- a) Nome social.
- b) Heterossexualidade.
- c) Identidade de gênero.
- d) Assexualidade.
- e) Orientação sexual.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“No intervalo da Agenda 2030, a ciência é clara: o planeta está longe de cumprir suas metas climáticas. Isso prejudica os esforços globais para combater a fome, a pobreza e os problemas de saúde, melhorar o acesso à água potável e à energia e muitos outros aspectos do desenvolvimento sustentável, de acordo com um novo relatório multiagências coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Apenas 15% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão no caminho certo, diz o relatório da United in Science, que faz um exame sistemático do impacto das mudanças climáticas e do clima extremo nas metas. Ele ilustra como o tempo, o clima e as ciências relacionadas à água podem promover objetivos como segurança alimentar e hídrica, energia limpa, melhor saúde, oceanos sustentáveis e cidades resilientes.

‘2023 mostrou muito claramente que as mudanças climáticas estão aqui. Temperaturas recordes estão queimando a terra e aquecendo o mar, já que o clima extremo causa estragos em todo o mundo. Embora saibamos que este é apenas o começo, a resposta global está muito aquém. Enquanto isso, a meio caminho do prazo de 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o mundo está lamentavelmente fora dos trilhos’, diz o secretário-geral da ONU, António Guterres.”

Fonte: As mudanças climáticas prejudicam quase todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/mudancas-climaticas-prejudicam-quase-todos-os>

Sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, assinale a alternativa incorreta.

a) Uma das metas da Agenda 2030 é reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

b) Na Agenda 2030, os países se comprometeram a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente, buscando concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

c) O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido é do final da década de 1980.

d) Nenhum dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU se relaciona diretamente às mudanças climáticas, mas o alcance de diversos deles pode ser prejudicado com os eventos climáticos extremos.

e) O conceito de desenvolvimento sustentável está implícito na Constituição Federal de 1988.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – João é servidor público federal do Ministério do Trabalho e Emprego e se tornou pai, em família monoparental (sem a presença materna), mediante procedimento de barriga de aluguel, realizado nos Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, João requereu a concessão de licença maternidade.

II – Maria é servidora da Advocacia-Geral da União e obteve adoção de criança com cinco anos de idade. Com o deferimento da adoção, solicitou a concessão de licença à adotante.

III – Jussara é ocupante de cargo em comissão na administração federal e, no final de sua gestação, soube a intenção de seu chefe de promover a sua exoneração.

Sobre esse tema, marque a opção correta, considerando as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Federais (Lei 8.112/1990) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- a) Por falta de previsão legal em contrário, João somente poderá pleitear a concessão da licença paternidade, pelo prazo de 5 dias, admitindo-se a prorrogação na forma de regulamento.
- b) João, como pai genitor monoparental, poderá gozar a licença maternidade, incluindo o seu prazo de prorrogação.
- c) Em razão da idade da criança, o prazo da licença pela adoção, que será concedida para Maria, será de 30 dias.
- d) É inconstitucional a diferenciação do prazo da licença pela adoção em razão da idade da criança, motivo pelo qual o prazo será o mesmo, independentemente da idade da criança adotada, mas a lei poderá fixar prazo inferior em relação ao prazo da licença maternidade.
- e) Em razão da natureza do cargo de Jussara, ela poderá ser exonerada, uma vez que a Constituição Federal não outorga o benefício da estabilidade provisória aos ocupantes de cargo de livre exoneração.

17. James era empregado público federal em sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, mas foi demitido. Irresignado, buscou a consulta de advogado para entender quais medidas poderiam ser adotadas, relatando que o ato de demissão não foi precedido de contraditório e ampla defesa. Relatou ainda que, a despeito da motivação do ato demissional, não foram consignados os motivos que justificariam a demissão por justa causa. Por fim, James também alegou que a demissão foi realizada sem processo administrativo e sem a presença de advogado para defendê-lo.

Considerando a situação hipotética acima, marque a opção correta nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do regime jurídico das empresas estatais.

- a) Por se tratar de entidade que explora atividade econômica, a motivação da demissão é prescindível, mas seria obrigatória para as entidades prestadoras de serviços públicos.
- b) Além da motivação, o ato deveria ser precedido de contraditório e ampla defesa, mas a presença de advogado não seria obrigatória.
- c) Em razão do princípio do concurso público, o ato de demissão deveria ser precedido de motivação formal, com a presença dos elementos da demissão por justa causa.
- d) Mesmo atuando em regime concorrencial, a empresa estatal tem o dever de motivar razoavelmente a demissão de seus empregados concursados, mas a motivação não exige os elementos da demissão por justa causa nem se exige a instauração de processo administrativo.
- e) Os empregados públicos são contratados independentemente de concurso público, uma vez que não gozam de estabilidade no cargo.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

18. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma função tradicional do governo na economia?

- a) Fornecimento de bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura pública.
- b) Correção de falhas de mercado, incluindo externalidades negativas como a poluição.
- c) Distribuição de renda para promover a equidade social através de programas de assistência social.
- d) Regulação e supervisão de mercados financeiros para garantir estabilidade e transparência.
- e) Maximização dos lucros das empresas privadas através de intervenções diretas no mercado.

19. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a função de estabilização macroeconômica realizada pelo governo na economia?

- a) Implementar políticas para controlar a oferta total de dinheiro na economia.
- b) Promover o desenvolvimento de setores específicos da economia, como tecnologia e energia renovável.
- c) Estabelecer monopólios estatais em indústrias-chave para garantir a eficiência do mercado.
- d) Regular exclusivamente o comércio internacional para balancear a balança comercial.
- e) Oferecer garantias de empréstimo para empresas privadas sem considerar os riscos econômicos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

20. Segundo o MTPPA 2024-2027, existem três dimensões principais que direcionam o PPA atual: estratégica, tática e operacional. O conceito que melhor define a dimensão tática consta em

- a) compreende as principais linhas estratégicas definidas pelo governo federal para a implementação de políticas públicas, tendo como horizonte o período de quatro anos.

b) compreende os programas, com seus objetivos, objetivos específicos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

c) diz respeito ao conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias presentes nos Programas Finalísticos do PPA.

d) As ações (orçamentárias e não orçamentárias) prioritárias de cada Ministério estarão no nível (da dimensão) tático-operacional.

e) os programas cumprem o papel de materializar os objetivos estratégicos declarados na Dimensão tática do plano.

EIXO TEMÁTICO 1

GESTÃO GOVERNAMENTAL

Elisabete Moreira

21. O planejamento estratégico envolve a realização de uma série de etapas, que visam dar rumo à organização. Na elaboração do planejamento estratégico de um órgão público, os responsáveis pela condução do trabalho estão na etapa conhecida por definição da visão. Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

a) Apresentação dos princípios e crenças basilares do órgão.

b) Panorama dos desafios e oportunidades vigentes no setor.

c) Exposição das forças e fraquezas valorizadas pelo órgão.

d) Declaração da posição almejada pelo órgão no futuro.

e) Descrição da razão de existência do órgão.

22. Quando se trata de gestão por projeto, uma ferramenta muito utilizada na área do conhecimento tempo é a rede CPM que indica o caminho crítico existe entre as atividades de um projeto. e representa:

- a) o caminho composto por uma atividade que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.

23. Os OKR (Objectives and Key Results) e os KPI (Key Performance Indicator) constituem ferramentas de gestão contemporâneas de planejamento que permitem medir objetivos e desempenhos. Os KR – resultados chaves, desdobramentos dos OKR

- a) representam a dimensão tática do planejamento estratégico, relacionados a ações para o atingimento dos objetivos estratégicos.
- b) representam guias operacionais que levam ao atingimento de metas qualitativas e quantitativas.
- c) representam as metas quantitativas com impacto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa, traduzindo o que a organização pretende atingir
- d) possuem uma dimensão qualitativa, indicando a direção a ser seguida e os ajustes de rota que precisam ser promovidos para o atingimento dos objetivos.
- e) representam as metas quantitativas com impacto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa, traduzindo o desempenho que a organização alcançou.

GESTÃO DE RISCOS

Stefan Fantini

24. De acordo com o Decreto 9.203/2017, o “processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos” é a (o):

- a) governança pública
- b) governabilidade pública
- c) accountability
- d) gestão de riscos
- e) valor público

25. De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, são princípios da Gestão de Riscos, EXCETO:

- a) gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público.
- b) estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados.
- c) estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor aos riscos.
- d) utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico.
- e) utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

26. Os riscos “relativos a eventos de risco que estão normalmente associados a fragilidades que podem comprometer os processos de trabalho executados por uma determinada organização, como uma pane em equipamentos e a falta de capacitação técnica de pessoal” são chamados de riscos:

- a) operacionais
- b) à integridade
- c) estratégicos
- d) absolutos
- e) fragmentados

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

27. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, é correto afirmar que, na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o “desenvolvimento nacional sustentável” é um visto como um(a)

- a) objetivo.
- b) diretriz.
- c) princípio.
- d) instrumento.
- e) fundamento.

CONTROLES INTERNO E EXTERNO E LGPD

Antônio Daud

28. *O primórdio da nova cultura de proteção de dados aconteceu na década de 70, na Alemanha, devido ao avanço da computação e da premente e constante preocupação do Estado Alemão para proteger seus cidadãos do que a nação vivenciou no período do regime nazista. (..) Em 2018, entra em vigor (..) o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (em inglês, General Data Protection Regulation – GDPR). Uma das primeiras consequências dessa regulação foi ter conseguido obrigar o Facebook e o Google a mudar a forma*

como coletam e tratam dados. A GDPR inspirou outros países a procurarem regulamentar a proteção de dados, incluindo o Brasil.

Fonte: <https://lgpd.df.gov.br/historico/> - acesso em 5/3/2024

Assinale a alternativa que NÃO veicula fundamento(s) da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

- a) liberdade de comunicação e de opinião.
- b) respeito à privacidade.
- c) autodeterminação informativa.
- d) livre iniciativa e defesa do consumidor.
- e) livre desenvolvimento da personalidade e exercício da cidadania pelas pessoas físicas e jurídicas.

29. Entre as sanções administrativas aplicáveis às infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), NÃO se encontra a:

- a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- c) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
- d) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 1 ano, prorrogável por igual período.
- e) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

30. Assinale a alternativa que menciona instrumento de controle administrativo da atuação estatal:

- a) representação, a qual consiste em pedido dirigido a autoridade hierarquicamente superior para que seja reexaminada determinada decisão.
- b) ação civil pública, para a proteção do meio ambiente, do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) ação popular, a qual pode ser apresentada por qualquer cidadão, visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) apelação, por meio do qual determinada autoridade judicial irá reexaminar sua decisão anterior.
- e) revisão, admitida após surgimento de fatos novos que demonstrem a inadequação da penalidade aplicada.

EIXO TEMÁTICO 2

POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jonathan Roitman

31. O Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020 institui a Política Nacional de Inovação. De acordo com o seu art. 3º, a Política Nacional de Inovação consiste em, exceto:
- a) no estabelecimento dos princípios, dos eixos, dos objetivos e das diretrizes de longo prazo que nortearão as estratégias, os programas e as ações do Governo federal que visam ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo, para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira
 - b) na instituição do referencial para identificar, priorizar e alinhar as iniciativas e as políticas de fomento à inovação do Governo federal e para orientar a formulação de medidas novas de fomento e de apoio à inovação.
 - c) na estruturação de governança interministerial para articular, orientar, priorizar e acompanhar a ação governamental no fomento e no apoio à inovação
 - d) no estabelecimento de diretrizes para monitorar e avaliar as políticas, os programas e as ações de fomento e de apoio do Governo federal à inovação.
 - e) no estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os Estados e o Distrito Federal, para promover o alinhamento das iniciativas e das políticas nacionais de fomento à inovação com as iniciativas e as políticas formuladas e implementadas pelos outros países.

LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E ALTERAÇÕES

Cadu Carrilho

32. Em relação ao direito da propriedade industrial, e de acordo com a previsão legal sobre o tema, marque a opção correta quanto aos requisitos dos institutos previstos nessa legislação:
- a) A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; concessão de registro de desenho industrial; concessão de registro de marca; repressão às falsas indicações geográficas; e repressão à concorrência desleal.
 - b) É patenteável a marca que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
 - c) É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional, sem a necessidade de aplicação industrial.
 - d) Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que se submete ao registro de direito autoral para obtenção de proteção.
 - e) O desenho industrial é considerado novo quando compreendido no estado da técnica.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Nicolle Fridlund

33. A LEI Nº 14.515, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário. Sobre esse tema, leia as afirmativas abaixo e depois marque a alternativa incorreta:
- a) Como produtos agropecuários, para fins do disposto na Lei, consideram-se os insumos agropecuários, animais, vegetais, seus produtos resultantes da atividade, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico.
 - b) O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, de identidade, de qualidade e de segurança estabelecidos na legislação relativa à defesa agropecuária.
 - c) Os agentes públicos desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos produtos agropecuários e esses programas devem ser atendidos pelos agentes privados regulados pela defesa agropecuária.
 - d) Os programas de autocontrole conterão registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final; previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal; e descrição dos procedimentos de autocorreção.
 - e) A implementação dos programas de autocontrole poderá ser certificada por entidade de terceira parte, a critério do agente.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA

André Rocha

- 34.** Assinale a alternativa correta acerca da legislação ambiental em vigor no Brasil.
- a) Meio ambiente é legalmente definido como “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”.
 - b) Tanto pessoas físicas como jurídicas podem ser responsabilizadas penalmente por crimes ambientais com aplicação de penas privativas de liberdade.
 - c) O zoneamento de uma unidade de conservação é o seu entorno, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
 - d) O prazo de vigência do Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF) é de 4 (quatro) anos, com prazos compatíveis com o Plano Plurianual (PPA).
 - e) O poder público federal deve definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico em cada região.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

Paulo Sousa

- 35.** Conforme dispõe a Lei 6.739/79, a requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor-Geral da Justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
- a) Editado e cumprido o ato, que deve ser fundamentado em provas irrefutáveis, proceder-se-á, no quinquídio subsequente, à notificação por edital da pessoa cujo nome constava na matrícula ou no registro cancelados.
 - b) Havendo outros registros, em cadeia com o registro cancelado, os titulares de domínio do imóvel e quem tenha sobre o bem direitos reais inscritos ou registrados serão também notificados, na forma prevista nesse artigo.
 - c) Inviável a notificação prevista nesse artigo ou porque o destinatário não tenha sido encontrado, far-se-á por edital.
 - d) Editado e cumprido o ato, que deve ser fundamentado em provas irrefutáveis, proceder-se-á, no quinquídio subsequente, à notificação por edital da pessoa cujo nome constava na matrícula ou no registro cancelados, somente, independentemente de haver titular do direito real, inscrito ou registrado, do imóvel vinculado ao registro cancelado.
 - e) Inviável a notificação prevista nesse artigo ou porque o destinatário não tenha sido encontrado, far-se-á por edital, que será afixado na prefeitura do município competente.

LEI Nº 12.111/2009 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS SISTEMAS ISOLADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

Thais Martins

- 36.** Qual das seguintes opções melhor descreve a flexibilidade conferida aos agentes do setor elétrico pela Lei 12.111/2009 em relação à comercialização de energia elétrica?
- a) A lei permite apenas a comercialização nos ambientes de contratação regulada, sem qualquer possibilidade de escolha para os agentes do setor elétrico.
 - b) A lei permite apenas a comercialização nos ambientes de contratação livre, excluindo a possibilidade de transações nos ambientes de contratação regulada.
 - c) Os agentes do setor elétrico não têm liberdade para escolher onde desejam realizar suas transações de comercialização de energia elétrica, pois a lei estabelece regras fixas para ambos os ambientes.
 - d) A lei confere aos agentes do setor elétrico a possibilidade de escolher entre realizar transações nos ambientes de contratação regulada ou nos ambientes de contratação livre.
 - e) A lei permite que apenas as grandes empresas do setor elétrico realizem transações nos ambientes de contratação livre, enquanto as pequenas e médias empresas devem se limitar aos ambientes de contratação regulada.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Núbia Ferreira

- 37.** A Política Nacional de Habitação se inscreve em uma perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, sendo o principal instrumento de orientação das estratégias e ações a serem implementadas pelo Governo Federal para o enfrentamento do déficit habitacional histórico no país.

A Política Nacional de Habitação tem como princípios, exceto:

- a) Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo
- b) Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana
- c) Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.
- d) Promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade;
- e) Questão habitacional como uma política de Estado.

**REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI
Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E NORMAS
PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS
CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS
PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E
ALTERAÇÕES)***Herbert Almeida*

38. Considere que, no âmbito do Plano Nacional de Desestatização, a União pretenda promover a privatização de empresa estatal prestadora de serviço público, simultaneamente com a outorga da concessão do serviço público para a entidade que assumir o controle societário da empresa estatal. O serviço público não envolve o setor de telecomunicações. Após a elaboração de estudo técnico, a entidade encarregada das funções de poder concedente definiu as quantidades mínimas de quotas ou de ações que seriam alienadas para garantir a transferência do controle societário da empresa estatal.

Nesse caso, considerando o teor da Lei nº 9.074/1995, o procedimento poderá ocorrer mediante:

- a) dispensa de licitação, na forma da Lei nº 14.133/2021;
- b) inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade do processo competitivo;
- c) licitação na modalidade diálogo competitivo ou concorrência, que são as únicas modalidades cabíveis na outorga de concessão.
- d) procedimento licitatório na modalidade leilão;
- e) autorização legislativa, independentemente de licitação.

LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES*Mariana Moronari*

- 39.** Conforme a Lei nº 9.427/1996, assinale a alternativa correta acerca da organização da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.
- a) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados pelo Ministro de Minas e Energia para cumprir mandatos coincidentes de 4 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
 - b) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de 5 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
 - c) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de 5 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
 - d) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados pelo Ministro de Minas e Energia para cumprir mandatos coincidentes de 5 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
 - e) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados Presidente da República para cumprir mandatos coincidentes de 4 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA ELÉTRICA (LEIS Nº 10.438/2002, 10.848/2004, 12.111/2009 E 12.783/2013)

Nick Simonek

40. De acordo com a Lei 10.848/2004 são requisitos obrigatórios de contratação para a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, no Sistema Interligado Nacional – SIN, com exceção de:
- a) condições de contratação livre
 - b) instituição da convenção de comercialização
 - c) tratamento para os serviços ancilares de energia elétrica e para as restrições de transmissão
 - d) mecanismos de proteção aos consumidores
 - e) observância as normas do meio ambiente

EIXO TEMÁTICO 3

GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS CORRELATOS

André Rocha

41. Os requisitos com as orientações para uso de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) são tratados na norma ABNT NBR ISO 14.001:2015.
- Considerando-se o conteúdo dessa norma, não se verifica que
- a) A norma chega a especificar os requisitos que permitem que uma organização alcance os resultados pretendidos e definidos para seu sistema de gestão ambiental.
 - b) as organizações têm adotado uma abordagem sistemática na gestão ambiental, com a implementação de sistemas de gestão ambiental que visam contribuir com o pilar ambiental da sustentabilidade.
 - c) o sucesso de um sistema de gestão ambiental depende do comprometimento de todos os níveis e funções da organização, começando pela Alta Direção.
 - d) O nível de detalhe e complexidade do sistema de gestão ambiental variará dependendo do contexto da organização, do escopo do seu sistema de gestão ambiental.
 - e) a norma garante resultados ambientais ideais, embora sua aplicação possa diferir de uma organização para outra devido ao contexto da organização.

42. Leia o texto a seguir para responder à questão 42.

“Representantes do governo brasileiro participaram, nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro, da Conferência sobre Clima e Ar Limpo 2024, promovida pela Coalizão Clima e Ar Limpo (CCAC), das Nações Unidas, em Nairóbi, no Quênia. No evento, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) apresentou detalhes da experiência na condução do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC/ABC+), dedicada ao desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil. O objetivo da conferência é avançar no diálogo e intensificar, coletivamente, a implementação de iniciativas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, como o Compromisso Global para o Metano. O encontro reuniu 86 parceiros estatais e 83 parceiros não estatais da CCAC, entre eles, governos locais e internacionais, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, empresas privadas, instituições financeiras e demais interessados da região africana. Na pauta dos assuntos a elaboração de uma agenda comum para os principais setores emissores de gases do efeito estufa – que incluem agricultura, resíduos, combustíveis fósseis, energia doméstica, veículos, motores pesados e refrigeração.”

Fonte: Agricultura sustentável para enfrentar as mudanças climáticas.
Disponível em: <https://mvp.climatempo.com.br/noticia-agricola/agricultura-sustentavel-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/>

Sobre mudanças climáticas e gases de efeito estufa, assinale a alternativa correta.

- a) Gases de efeito estufa são constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação ultravioleta.
- b) O desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional.
- c) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) visa à priorização da proteção do sistema climático em comparação com o desenvolvimento econômico-social.

d) O vapor d'água possui um poder de absorção de calor da ordem de dezenas de vezes o do dióxido de carbono, o que é medido por meio do potencial de aquecimento global da água (em inglês, *Global Warming Potential - GWP*).

e) Na legislação brasileira, mudança do clima é aquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

43. Dentre os métodos de valoração do meio ambiente, aquele que busca determinar um valor implícito, usando os atributos ambientais associados aos bens transacionados no mercado, ao observar esses mercados reais nos quais os bens são negociados, é o método

- a) da dose-resposta.
- b) do custo de reposição.
- c) de valoração contingente.
- d) de preço hedônico.
- e) do custo de viagem.

44. Segundo a Constituição brasileira, quando uma obra ou atividade for considerada potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o órgão licenciador deve exigir o seguinte estudo ambiental:

- a) Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- b) Relatório Ambiental Preliminar.
- c) Plano de Controle Ambiental.
- d) Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- e) Análise Preliminar de Risco.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

Cadu Carrilho

- 45.** São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, e com proteção tratada na Lei 9.610, exceto:
- a) os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
 - b) as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
 - c) as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
 - d) as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
 - e) as composições musicais, tenham ou não letra e as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

ENERGIA E TEMAS CORRELATOS

Mariana Moronari

- 46.** Em 2004, houve grandes e importantes mudanças no setor brasileiro de energia elétrica com a implementação de um novo modelo institucional. Neste contexto, julgue os itens abaixo.
- I- Entre outras competências da Empresa de Pesquisa Energética, está a elaboração e publicação quinquenal do Balanço Energético Nacional (BEN), que reúne a extensa pesquisa e a contabilidade relativas à oferta e ao consumo de energia no Brasil.
 - II- A introdução do Novo Modelo do Setor Elétrico em 2004 teve como principais objetivos: garantir a segurança no suprimento, promover a modicidade tarifária e promover a inserção social.
 - III- Com o objetivo de viabilizar a comercialização de energia elétrica no país e aumentar a transparência na contratação, foi criado um único ambiente de contratação, denominado Ambiente de

Contratação Livre (ACL), com a instituição do novo modelo do setor elétrico brasileiro.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

47. Acerca da comercialização de energia elétrica no Brasil e o livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão, assinale a alternativa correta.

- a) A legislação em vigor assegura aos fornecedores e respectivos consumidores livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionário e permissionário do serviço público de energia elétrica, mediante ressarcimento do custo do transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente.
- b) O livre acesso aos sistemas de transmissão e de distribuição possibilitará a comercialização direta entre produtores e consumidores, a depender de suas localizações no sistema elétrico interligado, contribuindo para a redução de custos e modicidade das tarifas ao consumidor final.
- c) O Ambiente de Contratação Regulada é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda da energia elétrica objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- d) O Ambiente de Contratação Livre é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- e) Com a abertura total do mercado de energia elétrica para os consumidores livre sem limitação de carga, o ambiente de contratação regulada será extinto.

- 48.** Com relação ao regime de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico, assinale a alternativa incorreta.
- a) A unidade consumidora do grupo B deve ser enquadrada na modalidade tarifária convencional, de forma compulsória e automática para todas as unidades consumidoras.
 - b) A unidade consumidora do grupo B deve ser enquadrada na modalidade tarifária horária branca, de acordo com a opção do consumidor, sendo vedada a aplicação para unidade consumidor das subclasses baixa renda da classe residencial, da classe iluminação pública e faturada pela modalidade de pré-pagamento.
 - c) A unidade consumidora do grupo A deve ser enquadrada na modalidade tarifária horária verde, no caso de tensão de conexão maior ou igual a 69 kV.
 - d) A unidade consumidora do grupo A deve ser enquadrada na modalidade tarifária horária azul ou verde, de acordo com a opção do consumidor, no caso de tensão de conexão menor que 69 kV.
 - e) A unidade consumidora do grupo B pode ser enquadrada nas modalidades tarifárias convencional ou horária branca, sendo vedada o enquadramento na modalidade tarifária azul e na modalidade tarifária verde.
- 49.** Com relação à matriz energética brasileira e às noções de geração de energia elétrica baseada em fontes renováveis e não renováveis de energia, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa que contempla os itens corretos.
- I- Apesar do Sistema Interligado Nacional (SIN) ser um sistema bem extenso que ocupa uma grande extensão territorial, ainda temos sistemas isolados no Brasil não-conectados ao SIN.
 - II- Fontes renováveis são consideradas como aquelas em que a reposição na natureza ocorre de forma mais rápida. Dessa forma, a fonte primária de energia se renova em ciclos caracterizados por um prazo menor sendo compatível com as necessidades energéticas.
 - III- As fontes de energia não renováveis, como petróleo, gás natural e carvão vegetal, apresentam uma reposição na natureza muito lenta, pois resultam de um processo de milhões de anos e condições específicas de temperatura e pressão.
- a) Apenas I.
 - b) I e II.
 - c) I, II e III.
 - d) Apenas o item III.
 - e) I e III.

SERVIÇO PÚBLICO
Herbert Almeida

50. A União delegou a prestação de serviços públicos para a sociedade empresária Gama. O contrato de concessão consistia na realização de obras de duplicação de rodovia federal, em conjunto com a operação e a manutenção da rodovia. Entretanto, em virtude de dívidas que contraíra, o controle societário da sociedade empresária Gama foi transferido para a sociedade empresária Alfa, que assumiu o controle de todas as operações, inclusive da concessão da rodovia federal.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a medida é:

- inconstitucional, uma vez que a modificação do particular contratado implica burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos.
- inconstitucional, pois a identidade do particular contratado guarda relação com o princípio da impessoalidade, que fundamenta as ações do poder público.
- inconstitucional, pois a Constituição Federal expressamente define que a concessão e a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de licitação.
- constitucional, desde que a anuência seja concedida mediante autorização legislativa específica.
- constitucional, pois é a proposta mais vantajosa que vincula a Administração e, mantidos os seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automaticamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação.

EIXO TEMÁTICO 4
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS
Guilherme Venturim

51. O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) é uma taxa adicionada ao custo de uma obra, cujo objetivo é cobrir as despesas indiretas do construtor. Na elaboração do orçamento referencial para licitações públicas, assinale a alternativa que contenha os itens que podem ser incluídos no cálculo do BDI:

- administração central, PIS, COFINS, IRPJ e lucro.
- despesas financeiras, garantias, FGTS e INSS.
- Riscos e garantias, seguro de obra, PIS, CONFINS e ISS.
- CPRB, administração local, lucro e impostos.
- CSSL, INSS, FGTS, ICMS e IPI.

52. Considere o cronograma físico-financeiro apresentado a seguir:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PREVISTO								
ITEM	SERVIÇOS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	VALOR
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	80%	20%					R\$ 4.000,00
2	FUNDAÇÕES	20%	60%	20%				R\$ 12.000,00
3	ESTRUTURA		30%	50%	20%			R\$ 27.000,00
4	ALVENARIA			20%	70%	10%		R\$ 20.000,00
5	INSTALAÇÕES				30%	60%	10%	R\$ 18.000,00
6	COBERTURA					70%	30%	R\$ 13.000,00
7	SERVIÇOS FINAIS					30%	70%	R\$ 6.000,00

O valor acumulado previsto até o segundo mês de execução dos serviços é de:

- R\$13.600,00
- R\$41.600,00
- R\$16.100,00
- R\$43.000,00
- R\$21.700,00

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

Felipe Canella

53. No contexto da norma ABNT NBR ISO 31000:2018, a análise de riscos tem como propósito compreender a natureza do risco, sendo conveniente que nessa análise sejam considerados fatores específicos elencados na norma. Dentre esses fatores, podemos citar:

- a) a natureza e magnitude das causas.
- b) fatores atemporais e volatilidade.
- c) a eficiência dos controles existentes.
- d) sensibilidade e níveis de efetividade.
- e) a probabilidade de eventos e consequências.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

Andressa Lisboa

54. O Open BIM é um processo colaborativo que inclui todos os participantes, promovendo a interoperabilidade para beneficiar projetos e ativos ao longo de todo o ciclo de vida, através do alinhamento do padrão de trocas de dados por formatos abertos de modelos. Analise as afirmativas abaixo e assinale quais são corretas.

- I. Industry Foundation Class (IFC) é um padrão neutro de intercâmbio de dados, permite a troca de informações entre diferentes softwares e sistemas sem perda de dados ou tradução manual.
- II. BIM Collaboration Format (BCF) é um formato aberto utilizado para compatibilização dos modelos de diferentes disciplinas, permite o envio de relatórios de inconsistências dos modelos.
- III. Construction Operations Building Information Exchange (COBie) é um formato de dados que organiza e estrutura informações para a entrega e operação de edifícios.
- IV. Common Data Environment (CDE) é um formato aberto onde informações e dados relacionados a um projeto de construção ou engenharia são armazenados, gerenciados e compartilhados entre todas as partes envolvidas.

Estão corretas, somente:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) Todas estão corretas.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA

André Rocha

55. Segundo a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Segundo o art. 33 da norma, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de alguns tipos de materiais e resíduos, exceto:

- a) óleos de cozinha, seus resíduos e embalagens.
- b) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.
- c) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.
- d) pilhas e baterias.
- e) pneus.

**POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO, DE
TRANSPORTES E DA HABITAÇÃO
ESTATUTO DAS CIDADES**

Núbia Ferreira

56. Sobre o Plano Diretor previsto na Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, é CORRETO afirmar que:
- a) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
 - b) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada cinco anos.
 - c) O plano diretor deverá englobar apenas o território urbano do Município.
 - d) Os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão o sigilo quanto aos documentos e informações produzidos no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação.
 - e) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

**LEI NO 11.488/2007 E ALTERAÇÕES (CRIA O
REGIME ESPECIAL DE
INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA INFRAESTRUTURA – REIDI)**

Arthur Conde

57. Com base no disposto na Lei nº 11.448/2007 – REIDI, assinale a alternativa correta:
- a) o REIDI é um Regime estadual de incentivo a implementação de infraestrutura energética
 - b) qualquer pessoa jurídica pode aderir ao REIDI e o prazo de duração dos incentivos será de cinco anos, a partir da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.
 - c) A adesão ao Reidi fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
 - d) As empresas que aderirem ao REIDI gozarão de imunidade do PIS/PASEP e Cofins.
 - e) As empresas que já tenham projeto em andamento de construção de infraestrutura nas áreas delineadas do REIDI não podem aderir ao programa, haja vista que a lei expressamente dispõe que tal benefício só é concedido para novos projetos.

**INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA:
DESENVOLVIMENTO DA**

**INFRAESTRUTURA; COMPARTILHAMENTO
DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO E
TRANSMISSÃO; DECLARAÇÃO DE
UTILIDADE PÚBLICA – DUP**

Mariana Moronari

58. Conforme a REN 1.044/2022, julgue os itens a seguir acerca dos procedimentos para o compartilhamento da infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica.

I- As disposições apresentadas na REN 1.044/2022 aplicam-se ao compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica apenas com agentes do mesmo setor e com os agentes dos setores de telecomunicações.

II- A Detentora é uma concessionária ou permissionária de serviços de energia elétrica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, a infraestrutura a ser compartilhada;

III- O compartilhamento não se limita ao uso da capacidade excedente de cada infraestrutura disponibilizada pelo detentor, estendendo-se à infraestrutura utilizada para a prestação efetiva do serviço de energia elétrica.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

ACESSIBILIDADE

Ricardo Torques

59. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Considerando o tratamento do tema no âmbito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa incorreta:

- a) O poder público, após certificar a acessibilidade de edificação ou de serviço, determinará a colocação, em espaços ou em locais de ampla visibilidade, do símbolo internacional de acesso, na forma prevista em legislação e em normas técnicas correlatas.
- b) Em qualquer intervenção nas vias e nos espaços públicos, o poder público e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços devem garantir, de forma segura, a fluidez do trânsito e a livre circulação e acessibilidade das pessoas, durante e após sua execução.
- c) A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis.
- d) Desde a etapa de concepção, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.
- e) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

ACESSIBILIDADE*Núbia Ferreira*

60. De acordo com a ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a representação do Símbolo Internacional de Acesso (SIA) consiste em um pictograma branco sobre fundo azul e deve estar sempre voltado para o lado direito. Todavia, a norma afirma que, opcionalmente, este símbolo pode ser representado de outras maneiras. Assinale a alternativa que expressa corretamente uma das formas alternativas de representação do símbolo.

- a) Pictograma azul sobre fundo branco.
- b) Pictograma branco sobre fundo preto.
- c) Pictograma preto sobre fundo azul.
- d) Pictograma branco sobre fundo vermelho.
- e) Pictograma azul sobre fundo preto.

EIXO TEMÁTICO 5**ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E
GEOPROCESSAMENTO***Monik Begname*

61. Uma carta topográfica do IBGE em formato digital foi ampliada ao ser impressa. Sua escala original era 1:60.000. A distância entre duas cidades nessa escala é de 12 cm, mas, na carta impressa, a distância passou a ser de 25 cm. Qual é a escala numérica da carta após a impressão?

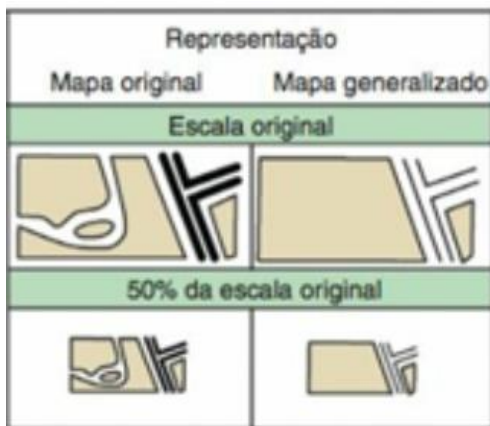
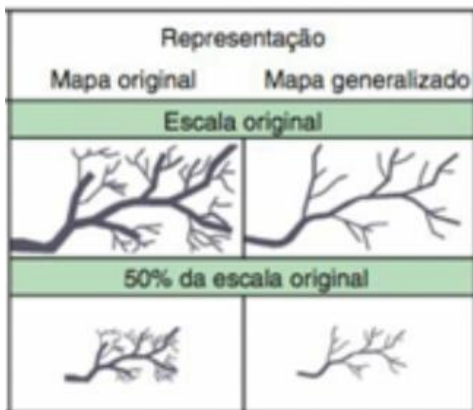
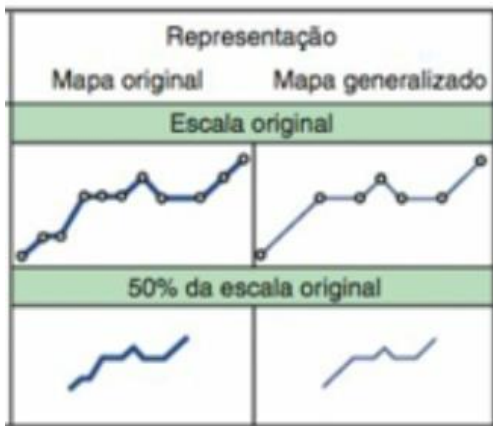
- a) 1:20.000
- b) 1:28.000
- c) 1:28.800
- d) 1:32.000
- e) 1:40.000

62. Em um projeto de engenharia, obteve-se um mapa na escala 1:200.000 a partir da redução de escala de quatro mapas na escala 1:100.000. Com o objetivo de preservar a clareza da informação cartográfica representada no mapa final, decidiu-se suprimir a representação de rios cujos comprimentos no mapa original fossem menores que 1 cm.

O processo de generalização gráfica aplicado no projeto denomina-se

- a) simbolização
- b) ampliação
- c) deslocamento
- d) exagero
- e) seleção

63. Considere as Figuras abaixo.



LONGLEY, P.A. et al. *Sistemas e ciência da informação geográfica*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. p. 93.

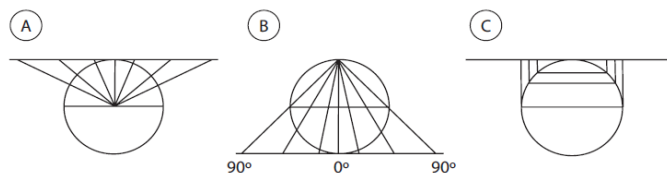
As Figuras 1, 2 e 3 exemplificam regras de generalização cartográfica usadas no trabalho de mapeamento temático.

Essas regras são, respectivamente, denominadas:

- a) simplificação, suavização e fusão
- b) refinamento, simplificação e colapso

- c) suavização, refinamento e fusão
- d) simplificação, refinamento e fusão
- e) simplificação, combinação e agregação

64. Na Figura acima, verifica-se que, de acordo com a posição do ponto de vista do observador, pode-se ter uma perspectiva diferente de uma projeção cartográfica.



Classificação das projeções segundo a localização do ponto de vista. Fonte: Fonte: Fitz, 2008.

A projeção cujo ponto de vista se localiza na extremidade diametralmente oposta à superfície de projeção. é denominada

- a) gnomônica
- b) policônica
- c) ortográfica
- d) polar
- e) estereográfica

65. Considerando-se que, em uma imagem de satélite, os números digitais obtidos são números inteiros que variam de 0 a 255 níveis de cinza, qual é a resolução radiométrica, em bits, correspondente à imagem?

- a) 256
- b) 6
- c) 64
- d) 11
- e) 8

**ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E
GEOPROCESSAMENTO***Alexandre Vastella*

66. A cartografia exerce uma função essencial na gestão ambiental ao possibilitar a criação de mapas que ajudam na identificação e na análise de ecossistemas, de recursos naturais e de riscos ambientais. Essas representações cartográficas são fundamentais para embasar a tomada de decisões, visando à conservação e ao planejamento sustentável do meio ambiente. Nesse contexto, define-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como um

- a) software de edição de fotos, usado para melhorar imagens geográficas.
- b) software de reconhecimento facial, usado para identificar indivíduos em fotografias aéreas.
- c) dispositivo de rastreamento GPS, utilizado para monitorar animais selvagens em seu habitat natural.
- d) sistema de previsão meteorológica que utiliza dados geoespaciais para determinar o clima em uma região específica.
- e) sistema que permite a captura, o armazenamento, a análise e a apresentação de dados geoespaciais, incluindo mapas, para apoiar a tomada de decisões baseadas em localização.=

67. Há um conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos, procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos. Tal conjunto é necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.

Esse conjunto integrado é conhecido como

- a) Tabela Brasileira de Conversão de Dados (TBCD)
- b) Mapoteca Nacional Digital (MND)
- c) Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)=
- d) Padrão de Interoperabilidade Governo Eletrônico (e-PING)
- e) Metadados Geoespaciais Brasileiros (MGB)

68. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) podem aplicar operadores espaciais sobre feições armazenadas sob a forma de dados matriciais (raster) ou vetoriais. Como exemplos, pode-se citar uma consulta sobre dados vetoriais de malha viária que vise a determinar todos os cruzamentos entre vias pavimentadas e não pavimentadas ou uma que objetive identificar que bairros de uma determinada região são limitados por rodovias. Assim como nesses exemplos, a maior parte das consultas executadas em um SIG necessita da posição relativa entre feições. A fim de agilizar esse tipo de consulta, as representações dessas feições podem ser estruturadas segundo o modelo topológico. Em se tratando de dados vetoriais, a vantagem obtida pela aceleração da consulta, decorrente da adoção da estruturação, segundo o modelo topológico, dá-se porque

- a) no momento da consulta, não são efetuados cálculos geométricos para determinação da posição relativa entre feições.=
- b) os dados vetoriais estão sempre livres de incorreções em virtude da duplicação de linhas, da falta de ligação entre feições contíguas e da interrupção de linhas que representam feições contínuas.
- c) as consultas sobre feições são feitas considerando sua toponímia.
- d) apenas as estruturas de indexação espacial são utilizadas no momento da consulta.
- e) são considerados topologicamente válidos apenas dados de mesma dimensão geométrica (pontos, linhas ou polígonos considerados isoladamente).

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

69. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, relativamente aos moradores de certo bairro, informações sobre duas variáveis: qual o grau de escolaridade e time para o qual cada um torce. Para cumprir tal objetivo, todos os moradores foram entrevistados e perguntados quanto ao grau de escolaridade, e, dentre todos os moradores, foram selecionados aleatoriamente 400 para informar para qual time torciam.

As abordagens utilizadas para as variáveis grau de escolaridade e time para o qual cada servidor torce foram, respectivamente,

- a) amostragem sistemática e amostragem aleatória simples.
- b) censo e amostragem aleatória simples
- c) amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- d) amostragem sistemática e amostragem por conglomerados
- e) censo e amostragem por conglomerados

70. Uma amostra aleatória de 400 eleitores revelou 64% de preferências pelo candidato X.

Sabendo-se que $P(Z > 1,96) = 0,025$, então o intervalo de 95% de confiança para a proporção de eleitores que preferem X é:

- a) 0,64 \pm 0,047
 - b) 0,64 \pm 0,052
 - c) 0,64 \pm 0,056
 - d) 0,64 \pm 0,064
 - e) 0,64 \pm 0,085
-

Discursiva

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) representa um marco significativo na proteção da privacidade e dos direitos dos cidadãos brasileiros em relação aos seus dados pessoais. Esta legislação estabelece diretrizes rigorosas para a coleta, processamento e armazenamento de informações pessoais por parte de empresas e organizações.

Com base no texto motivador acima, redija um texto sobre o tema:

O Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na Sociedade Brasileira

Ao desenvolver seu texto, aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- 1) Discuta o impacto da LGPD na sociedade brasileira, abordando questões como a proteção da privacidade, a transparência nas práticas de tratamento de dados; os desafios enfrentados pelas empresas para se adequarem à legislação e o papel das autoridades reguladoras na garantia do cumprimento da lei.
- 2) Reflita sobre os benefícios e desafios da implementação da LGPD e como essa legislação pode influenciar as relações entre empresas e consumidores no Brasil.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
